

## **Movimento feminista e ativismo digital: as repressões *online* e *offline* a partir do uso das plataformas digitais pelo movimento**

Fernanda Mendonça<sup>(\*)</sup>  
Ariane Langner<sup>(\*\*)</sup>  
Cibeli Zuliani<sup>(\*\*\*)</sup>

### **Resumo**

A internet tem sido vista como uma grande oportunidade de expansão e de divulgação das ações de movimentos sociais. Neste sentido, o trabalho tem como objetivo verificar se é possível afirmar que essa apropriação da internet pelo feminismo vem trazendo repressões e censuras que antes não ocorriam – realizando o contraponto ao entendimento de que a internet só traz benefícios pela facilidade no compartilhamento de informações.

**Palavras-chave:** Feminismo. Ativismo Digital. Novas Tecnologias de Comunicação e Informação. Internet. Repressão.

## **Feminist movement and digital activism: the *online* and *offline* repression from the use of digital platforms by the movement**

### **Abstract**

The internet has been seen as a great opportunity for expansion and dissemination of the actions of social movements. The study aims to see if it can be said that this appropriation of the internet by the feminism has brought repression and censorship that did not occur – doing the counterpoint to the current understanding that the internet only brings benefits because of easy sharing information.

**Keywords:** Feminism. Digital Activism. Internet. New Technologies of Information and Communication. Repression.

O movimento social feminista não é um movimento novo. A inserção da mulher no mercado de trabalho, na época da Revolução Industrial, possibilitou a elas adquirir certa independência, fazendo com que passassem a exercer novos papéis na sociedade e novas

---

<sup>(\*)</sup> Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa “Direitos na sociedade em Rede”. Interante do grupo de pesquisa Núcleo de Direito Constitucional (NDC) da Universidade Federal de Santa Maria. Advogada. E-mail: fernandagmendonca@gmail.com.

<sup>(\*\*)</sup> Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa “Direitos na sociedade em Rede” Interante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Avançados em Processo Civil da Universidade Federal de Santa Maria – NEAPRO. E-mail: arianelangner@hotmail.com.

<sup>(\*\*\*)</sup> Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria. Assessora Jurídica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: [cibi.zuliani@hotmail.com](mailto:cibi.zuliani@hotmail.com).

relações entre homens e mulheres, deixando de lado o seu papel apenas doméstico. A emancipação da mulher, porém, ganhou maior importância quando a mudança atingiu o campo da sexualidade: o enfrentamento das questões sexuais pelas mulheres foi impulsionado principalmente pela Revolução Sexual, na segunda metade do século XX, momento no qual a mulher passou a controlar seu próprio corpo e todas as suas funções, como a menstruação e a gravidez, especialmente com a democratização da pílula anticoncepcional. Porém, em que pese às questões sexuais serem definitivas para formar o novo papel da mulher, este papel está relacionado a vários campos: a conquista do direito ao voto, a equiparação salarial em relação aos homens – ideal que ainda é buscado por elas – e a inserção da mulher na política são alguns exemplos de objetivos alcançados e a serem alcançados.

Até hoje, o movimento feminista ainda é bastante atuante – inclusive conta com mais mobilizações do que na época em que surgiu. A história de um movimento encabeçado por mulheres com o intuito de reivindicar seus direitos e se libertar da estrutura patriarcal teve início há algumas centenas de anos e ainda ganha impulso a cada dia. As ações que começaram sendo locais, incluindo levantes populares, passaram a adotar uma maior organização e contar com um número cada vez maior de demandas e adeptas desta luta, até se tornarem nacionais. Hoje, o movimento feminista é bastante plural, com vários focos do movimento de forma independente em diferentes partes do mundo. Mesmo assim, ele é responsável por ações de alcance internacional, que mobiliza, para uma mesma causa, milhões de mulheres de diferentes nacionalidades. Como exemplos mais atuais da mobilização feminista no mundo, pode-se citar a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Vadias, além de outras ações decorrentes de fatos pontuais.

Uma das ferramentas que permite ao movimento expandir as suas ações ao redor do mundo e agregar cada vez mais adeptas é o advento e a democratização das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs), cujo maior exemplo é a internet. Ao se utilizar da internet, os movimentos sociais expandem-se de uma forma antes inimaginável, alcançando, por meio de uma só ação, pessoas que antes não podiam ter acesso ao conteúdo e às informações, agora colocadas na rede, o que se mostra bastante benéfico para o movimento no que tange ao resultado de suas mobilizações, que passem a ser vistas e conhecidas globalmente, ganham força e têm maiores chances de alcançar o seu propósito. Contudo, a maior exposição das ações feministas também acaba por trazer consequências negativas, como um maior número de repressões, tanto no meio virtual como também fora dele, por parte de pessoas que discordam ou são contra as causas do movimento.

A partir deste contexto, questiona-se: diante de todos os benefícios que a internet oferece aos movimentos sociais, é possível afirmar que essa apropriação das plataformas virtuais pelo movimento feminista vem trazendo repressões e censuras que antes não ocorriam? O trabalho é pautado pelo método hipotético-dedutivo, pelo qual são formuladas duas hipóteses: a primeira delas é que não há novas repressões sofridas pelas mobilizações feministas, em comparação com o momento anterior ao seu uso pelo movimento; e a segunda é a de que, hoje, o movimento feminista vem enfrentando novas repressões em razão da sua expansão no meio virtual.

Quanto ao método de procedimento, prevalece o uso do método monográfico, uma vez que se buscam casos concretos para ilustrar e responder devidamente a pergunta central do trabalho. Os casos são buscados a partir de pesquisa em notícias em livros, revistas, artigos e principalmente em sites da *internet*, haja vista ser esta uma fonte rica e campo propício para que sejam encontrados relatos e fatos mais recentes acerca das ações do movimento feminista. A teoria de base adotada foi a da autora Maria da Glória Gohn para o início do trabalho, ao se tratar dos movimentos sociais de modo mais geral, e o de Manuel Castells quanto à relação do feminismo com as novas tecnologias. O procedimento dá-se, basicamente, por meio de revisão bibliográfica e documental, como foco mais atento a notícias. A técnica utilizada foi confecção de fichamentos e resumos.

Para uma melhor compreensão do trabalho, ele é dividido em três capítulos: o primeiro deles traz alguns esclarecimentos ao leitor quanto ao significado de algumas expressões comuns – como movimento e mobilização social – e como serão utilizadas ao longo do artigo. O segundo deles aborda a diferença entre o movimento das mulheres e o movimento feminista, colocando-os em suas devidas posições, dando especial atenção a este último, que é conceituado e caracterizado. Por fim, o terceiro capítulo disserta acerca da situação atual do movimento feminista, como ele se encontra hoje, especialmente no que tange a sua relação com as novas tecnologias da informação e comunicação – principalmente a internet –, trazendo casos específicos que retratam a repressão que o movimento vem sofrendo a partir da cada vez mais frequente apropriação das plataformas virtuais para praticar e divulgar as suas ações.

### **Movimentos Sociais: esclarecendo conceitos e visitando a história**

Movimentos sociais não são uma novidade do século XXI, e nem mesmo do século XX. Na verdade, os movimentos sociais podem ser observados há centenas de anos atrás, certamente em outros formatos e dedicados a causas bem diferentes das quais os movem hoje, em razão da profunda e constante mudança das sociedades e das culturas. Porém, em que pese a dificuldade de encontrar a origem dos movimentos sociais no mundo, existe uma dificuldade ainda maior que é enfrentada constantemente pelos autores dos movimentos sociais, que é justamente a sua definição. Em razão disso, primeiramente, antes de adentrar mais a fundo nos movimentos sociais das mulheres e seus casos específicos, é necessário esclarecer alguns conceitos que serão trabalhos neste artigo.

É comum a confusão e o uso como sinônimos de termos “movimento social”, “mobilização social”, “protesto”, “luta social”, e, principalmente, “rede”, que hoje em dia vem sendo empregado com maior frequência em razão do contexto cultural e global em que se inserem as sociedades. Porém, os seus significados são distintos, ainda que pareçam tratar da mesma coisa, e é importante fazer a diferenciação, ainda que a tarefa não seja fácil, especialmente nos dias atuais, quando a luta por uma causa, mobilizando pessoas em nome dela, muitas vezes é apenas momentânea, evanescente.

A maioria dos autores que escreve sobre movimentos sociais não faz essa diferenciação; a própria estudiosa do tema, Maria da Glória Gohn afirma que existem grandes lacunas na produção acadêmica sobre os movimentos sociais, e uma delas é sobre o próprio conceito deste termo e como se pode “diferenciar um movimento social que é criado a partir da sociedade civil, por lideranças e mandatários, de ações civis organizadas ao redor de projetos de mobilização social e que também se autodenominam movimentos” (2013, p. 26-27). Na contramão desta realidade, Gohn (2013, p. 28-37), ao buscar analisar o papel das redes associativistas no processo democrático, classifica as associações civis organizadas em redes em três grandes blocos: movimentos sociais e ações de grupos identitários, movimentos e organizações de luta por melhores condições de vida e de trabalho e movimentos globais e globalizantes (como o Fórum Social Mundial). Este último, segundo a autora, é a forma de movimento que é a grande novidade do milênio.

Para ela, portanto, a ideia do “movimento social” ainda é essencial, sendo para ela o gênero de participação social, que abrange, então, espécies menores, como a mobilização social e as redes (categorias eleitas pela autora para análise em seu trabalho). Para ela, estas são as duas categorias de destaque que compõem o novo dicionário sociopolítico, as quais têm sido utilizadas pelos analistas, por lideranças de movimentos sociais e pelos formuladores das políticas de forma bastante acrítica. Para trazer um conceito pontual de movimento social que

possa servir como marco neste trabalho, adota-se justamente o trazido por Gohn, que seria “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003, p. 13).

Interessante observar que o termo amplo do movimento social vem sendo substituído pelo de mobilização social, que se volta para a ação coletiva que busca resolver problemas sociais de forma direta, com a mobilização e engajamento de pessoas. Porém, essa confusão é feita de forma equivocada, uma vez que, nesta última, “a dimensão do político é esquecida ou negada, substituída por um tipo de participação construída-induzida” (GOHN, 2013, p. 28), ao contrário do primeiro, em que esta dimensão é essencial, pois é o espaço onde é possível de construção e de mudança que envolve os atores sociopolíticos em cena. Também, a autora afirma que, para alguns, a rede substitui o movimento social, e para outros é um suporte ou uma ferramenta utilizada pelo movimento, e, ainda, para outros é uma construção que atua no campo das práticas civis, onde a ideia do “público participante” substitui a de militante, cria o de ativista etc. (GOHN, 2013, p. 35).

Relativamente às categorias mais importantes elencadas por Maria da Glória Gohn – rede e mobilização social – ela afirma que são as que ganharam maior destaque a partir dos anos 1990 graças às novas categorias que também surgiram no campo das ciências sociais, como a mundialização e a sociedade mundial (GOHN, 2013, p. 28-29). Na tentativa de conceituar as categorias, a autora afirma que mobilização social ganha, neste século, vida, significado e dinâmica própria, emancipando-se de outras categorias às quais era subordinada; ela é concebida como um processo político e cultural presente em todas as formas de organização das ações coletivas, e pode variar de acordo com o campo ou a forma como se articula, inclusive na forma de rede. Por outro lado, para Gohn (2013, p. 35), adotando a definição de Scherer-Warren, a rede caracteriza-se por articular a heterogeneidade dos atores coletivos em torno de unidade de referências normativas abertas e plurais, compreendendo vários níveis organizacionais.

No presente trabalho, a partir dos conceitos expostos, entende-se a mobilização social e a rede como elementos do conceito de movimento social: a mobilização seria o modo como o movimento social ocorre – ou seja, o processo político e cultural que se desenrola –, inerente a todo e qualquer movimento social; a rede, por sua vez, seria a forma como a mobilização social se organiza, que pode ser na forma de rede, de teia, ou não. Hoje em dia, a forma de rede é quase obrigatória para o sucesso do movimento, tendo em vista as novas tecnologias que facilitam essa comunicação e convergências entre os atores do movimento. A

novidade da articulação em rede através da Internet será melhor abordada nos tópicos seguintes.

Ilse Scherer-Warren (1996, p. 20-25) também trata das redes nos movimentos sociais, afirmando que, a partir dos anos 1990, detecta-se uma emergência de novos temas e novos enfoques analíticos nas pesquisas sobre movimentos sociais, em razão de processos que vem transformando e reconfigurando esta categoria, principalmente processos que oscilam – e conectam – o local ao global. Neste ponto, segundo a autora, é necessário passar de uma análise das organizações sociais específicas e fragmentadas para uma compreensão dos movimentos que ocorre por meio de articulação destas organizações nas redes de movimentos, ou seja, deve-se ir do *grassroots* (movimentos de base) aos *networks* (redes).

Portanto, o que se observa é que os conceitos que envolvem os movimentos sociais são muitas vezes confundidos em razão da falta de elucidação quanto a sua definição, e também porque estes conceitos são termos que denotam significados já abrangentes e que se adaptam às situações em que são utilizados, principalmente quando as situações envolvem a ideia de redes. E a tendência é justamente no sentido da atuação dos movimentos sociais efetivamente na forma de redes, como já vem acontecendo há algum tempo (SCHERER-WARREN, 1996, p. 119-123). No Brasil, esta nova cara dos movimentos revela pontos em comum entre eles e a busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais, a transnacionalidade, o pluralismo organizacional e ideológico e a atuação nos campos cultural e político.

Ao tratar dos movimentos sociais na América Latina, aponta-se a existência de quatro fases da constituição do pensamento sociológico neste século. São elas: a) de meados do século XX até a década de 1970; b) os anos 1970; c) os anos 1980; e d) a partir dos anos 1990 (SCHERER-WARREN, 1996, p. 14). Como se vê, há um destaque aos anos 1970 e 1980 com razão, vez que estas décadas assistiram ao protagonismo de muitos movimentos sociais (inclusive aí o movimento feminista, conforme se verá mais adiante) importantes, impulsionados principalmente pela Teoria da Libertação. Maria da Glória Gohn (2003, p. 23-32) também faz este destaque, questionando se esses movimentos desapareceram, tendo em vista que mobilizações como se viu nestes períodos não serem mais tão comuns. Ela logo responde à pergunta retórica negativamente, afirmando que

Eles sempre foram heterogêneos em termos de temáticas e demandas. O que unifica o universo de suas demandas são as carências socioeconômicas. Eles criaram e desenvolveram, nos anos 90, redes com outros sujeitos sociais, assim como redes dentro do próprio movimento popular propriamente dito, destacando os movimentos que atuam na questão da moradia. Nas redes com outros sujeitos destacam-se as

tecidas com o campo sindical, o campo institucional de outras entidades sociais, o campo político-partidário, o campo religioso, o campo das ONGs. Quer dizer, os movimentos populares criaram ou ampliaram, ou fortaleceram, a construção de redes sociais. (GOHN, 2003, p. 23)

O movimento social protagonizado pelas mulheres pode ser concebido, por óbvio, como um movimento social, mais especificamente um movimento social de grupos identitários – neste caso, de gênero. E, tendo em vista os conceitos selecionados por Maria da Glória Gohn (2013), pode-se dizer que, como movimento social, ele também se adequa na definição de mobilização social, uma vez que se constituem em um processo – principalmente cultural que se faz presente nas ações coletivas iniciadas e desenvolvidas pelas mulheres em busca de seus objetivos, que são os mais diversos e dependem exatamente das ações executadas. Da mesma forma, a definição de rede, hoje mais do que nunca, está intrinsecamente presente no movimento das mulheres principalmente em razão da utilização das novas tecnologias para reunir nas ações e para atingir os seus resultados no maior número de pessoas possível, além de poder ser um espaço de desenvolvimento de novas ações e atividades para o engajamento e conscientização.

Angelita Maders e Rosângela Angelin (2012, p. 14) sustentam que estudos recentes que fizeram uma releitura da participação das mulheres na história da humanidade demonstram que, apesar de um período longo – cerca de cinco mil anos – de opressão e submissão, sempre existiram movimentos de resistência e de busca por um espaço na vida pública. A partir disso, percebe-se que o movimento das mulheres, não nasceu no século XX.

No que se refere à questão feminina, os conflitos remontam à antiguidade. Eles ganharam uma dimensão de movimento social quando as mulheres passaram a lutar contra a opressão a que estavam submetidas, inclusive no seio de suas famílias. As relações de gênero foram-se firmando ao longo da história, configurando-se como construções culturais de identidades masculinas e femininas, envolvendo relações de poder e impondo comportamentos aos homens e às mulheres, que nem sempre se desenvolveram por meio da coerção física, mas foram inculcados na subjetividade humana. (MADERS; ANGELIN, 2012, p. 16)

Assim, uma vez esclarecidos e consolidados os conceitos em torno dos termos que frequentemente geram confusão entre estudiosos e leitores, pode-se partir para um estudo do movimento feminista. De início, cabe distingui-lo do movimento das mulheres, já que são diferentes, e após focar a atenção ao objeto do trabalho, o feminismo.

## **O Movimento Feminista: o mais atuante dentre os movimentos das mulheres**

Contudo, de início, há que se realizar alguns esclarecimentos acerca do movimento das mulheres e o feminismo. Não poucas vezes, esses dois termos são usados como sinônimos, colocando-se o feminismo como todo e qualquer movimento que parte das mulheres. Porém, ainda que não haja consenso sobre quando se usa um e quando se usa outro termo, adota-se no presente trabalho também a posição de Maria da Glória Gohn (2013), que utiliza as duas nomenclaturas e que, por isso, entende serem as duas categorias diferentes: para ela, em suma – pois sobre o feminismo tratar-se-á mais adiante – as feministas envolvem-se em debates no campo político e nele vêm interferindo de forma marcante, participando ativamente de políticas sociais; são um movimento mais organizado e transformador, sendo bastante participativas em ações dos mais variados interesses para as mulheres em geral, a exemplo da luta contra o câncer de mama e a violência contra a mulher.

Por outro lado, o movimento das mulheres, em que pese ser maior em quantidade, não é tão forte e organizado quanto o primeiro, ainda que tenha surgido bem antes do fortalecimento do movimento feminista<sup>1</sup>, o que se depreende a partir da sua definição. Sobre este movimento:

O Movimento das Mulheres é mais numeroso, mas quase invisível enquanto movimento de ou das mulheres. O que aparece ou tem visibilidade social ou política é a demanda da qual são portadoras – creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos e equipamento de saúde etc. São demandas que ainda atingem a toda a população, e todos os sexos, mas têm sido protagonizados pelas mulheres. (GOHN, 2013, p. 91)

Outro exemplo é o que ocorre principalmente em São Paulo: mulheres da periferia, através das comunidades da Igreja Católica, reivindicam ao Estado o atendimento das necessidades básicas como creches, melhores salários, reclamam do custo de vida e unem-se contra a carestia (SILVA, 2000). Há muitos outros exemplos, os quais comprovam que, apesar da predominância feminina em muitas áreas, no que tange à mobilização deste grupo, isto ainda não é significativo: na área da educação formal, as mulheres ainda predominam em número, segundo pesquisas vêm comprovando há anos, mas quando se fala em movimento docente, em qualquer nível, a presença das mulheres ainda é baixa (GOHN, 2013, p. 91-92). Para Gohn, “a democracia não se viabiliza em seus órgãos de classe porque as lutas,

---

<sup>1</sup> Embora não se concorde com esta autora, Susana Veleza da Silva, também citada neste trabalho, aponta para o nascimento do movimento das mulheres e do feminismo no mesmo período, mais precisamente a partir de meados do século XX. Veja-se: “Os movimentos de mulheres e feministas surgem no Brasil, a exemplo de outros lugares, a partir da década de setenta. Mas a prática desses movimentos sociais tem apresentado, no final dos anos oitenta e no decorrer dos anos noventa, novas formas de atuação e de inserção na sociedade” (SILVA, 2000).



usualmente, ficam no universo restrito, de certa forma até corporativo; o tema das diferenças não emerge em sua dimensão vertical, como estruturas maiores que hierarquizam a sociedade” (2013, p. 91), aparecendo o tema apenas em sua dimensão vertical, como as diferenças entre categorias e a comparação entre conquistas realizadas.

Mesmo diante desse fato, é inegável que as mulheres estão cada vez mais mobilizadas e inseridas nas lutas sociais, sejam elas de alcance local ou global. O protagonismo das mulheres pode ser percebido nas redes associativas e de mobilização na forma de Organizações Não Governamentais (ONGs), nas associações de bairros e ações comunitárias, em entidades de assistências, nas organizações criadas por empresas em iniciativas de responsabilidade social, em organizações populares de mediação e até em conselhos de gestão pública compartilhada, projetos de economia solidária (GOHN, 2013, p. 92-93). Percebe-se, portanto, que a atuação das mulheres se dá ainda em ações e mobilizações locais, junto à comunidade ou à cidade em que vivem, de forma mais localizada: as mulheres têm sido a maioria nas ações coletivas públicas, e são destas ações que se criam atores sociais coletivos e movimentos sociais, ainda que com considerável invisibilidade, especialmente em setores em que as mulheres atuam, mas não se mobilizam. Contudo, há a presença de mulheres em movimentos de maior proporção que ultrapassam as fronteiras regionais e até nacionais, como no caso do movimento feminista – no qual as mulheres são grande maioria –, nos movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho e em redes e fóruns transnacionais.

Ainda sobre este movimento, aponta Susana Veleza da Silva (2000):

Os movimentos de mulheres no Brasil são heterogêneos e não possuem uma linearidade. As diferentes abordagens para movimentos diferentes indicam que o movimento de mulheres apresenta diferentes matizes. As formas de ação e os objetivos dos movimentos variam conforme o país, a região, a classe e raça dos sujeitos atuantes.

Foi a partir da década de 1990 que a emergência destes movimentos sociais consolidam novas forças políticas em todo o mundo, e não só no Brasil: são movimentos sociais anticoloniais, étnicos, raciais, de homossexuais, da ecologia e de mulheres, sendo estes apenas os mais expressivos, que despontam e modificam lugares e mentalidades. É neste mesmo momento que a noção de movimento social, tal como era antes concebido na sua visão clássica, passa por modificações a partir da emergência de novos atores políticos que deslocam e descentralizam a identidade do sujeito sociológico (SILVA, 2000). A partir daí, especialmente, que se verifica a confusão conceitual do movimento, que se acentua com a utilização massiva das novas tecnologias pelos protagonistas destes movimentos. Seria mais

apropriado, ao invés de se falar em novos movimentos sociais e velhos movimentos sociais – o que implicaria em uma ênfase no tipo de movimento ou na sua organização – estudar os novos elementos culturais que vêm surgindo e transformando tanto os tradicionais, como os sindicatos, quanto os que vêm surgindo mais recentemente, a exemplo dos movimentos ecológicos (SCHERER-WARREN, 1996, p. 24).

Conforme salienta Manuel Castells (1999, p. 57-58), as novas tecnologias estão integrando o mundo inteiro em redes, e a comunicação através dos computadores – e da Internet – gera uma gama enorme de comunidades virtuais. O autor continua (1999, p. 444) afirmando que, assim como nas redes físicas pessoais, a maioria dos vínculos destas comunidades virtuais são especializados e diversificados, à medida que as pessoas criam seus próprios portfólios virtuais, e permite que pessoas com os mesmos interesses e valores possam se juntar e participar de redes ou grupos on-line. Os benefícios desta organização em rede valem também para os movimentos sociais que dela se utilizam; pode-se dizer, inclusive, que tais fatores tornam-se cada vez menos um “benefício” e cada vez mais um “requisito” para o surgimento, o desenvolvimento e, por fim, o sucesso de uma mobilização. Uma das limitações do alcance e do impacto dos movimentos sociais hoje em dia é, justamente, não conseguir atuar com frequência através dos meios de comunicação em massa – em especial a Internet –, não sendo possível, então, valer-se do seu poder de difusão (SCHERER-WARREN, 1996, p. 122). E este é o benefício transformador desta plataforma virtual para os movimentos sociais, conforme se verá a seguir com o estudo do movimento feminista.

A história do feminismo é muito antiga. As ideias feministas têm estado presentes há séculos, e esse período tende a se expandir, na medida em que são descobertos registros ainda mais antigos desse pensamento. Essas ideias surgiram como reação à histórica desvalorização da mulher e à rejeição a posição de inferioridade em relação ao homem na sociedade. Nas sociedades antigas, como nas sociedades grega e romana, a mulher era tratada como escrava, e tinha como função primordial a reprodução (RODRIGUES; GADENZ, LA RUE, 2014, p. 3). Com o passar dos séculos, as mulheres foram adquirindo alguns ínfimos direitos; mas, em meio às revoltas liberais do século XVIII, a conjuntura começou a mudar.

Na França do XVIII, as mulheres participavam dos movimentos revolucionários, no entanto, não viam quaisquer conquistas serem a elas estendidas; é a partir desse momento histórico que o feminismo passa a adquirir características de ação organizada (RODRIGUES; GADENZ; LA RUE, 2014, p. 5). No entanto, é somente na década de 60 que o movimento feminista se fortalece suficientemente para adquirir uma roupagem política e transformadora, devido a uma combinação de fatores, como o surgimento dos anticoncepcionais que

possibilitaram o controle das gestações e o afastamento do sexo como fator de dominação do homem sobre a mulher; e as mulheres conquistaram maiores oportunidades de educação e, conseqüentemente, um espaço considerável no mercado de trabalho.

Fator igualmente expressivo é o impacto do próprio movimento feminista sobre o patriarcalismo, que repercutiu numa maior conscientização das mulheres. O patriarcalismo, com efeito, é o maior opositor dos ideários feministas, uma vez que é a raiz das diferenças entre os gêneros, posto que:

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo (CASTELLS, 2010, p. 169).

O principal fator que deve ser apontado, no entanto, é o surgimento das novas tecnologias da informação e comunicação, que interligaram mulheres que pensavam da mesma forma, criando o que Manuel Castells (2013, p. 163) chama de redes de esperança. A partir dessas transformações, com efeito, o movimento entrou em uma nova fase, passando a ser chamado movimento feminista contemporâneo. As primeiras manifestações surgiram nos Estados Unidos no final da década de 60, eclodindo posteriormente na Europa e difundindo-se pelo mundo duas décadas depois (CASTELLS, 2001, p. 210). Essa questão da expansão do movimento feminista com a internet será aprofundada no capítulo a seguir.

Nesse ponto, importante tecer a alguns esclarecimentos e delimitações acerca do movimento feminista. O feminismo não pode ser confundido com uma ideologia de “ódio aos homens” ou de dominação das mulheres sobre os homens, posto que, em verdade, a luta do feminismo é voltada a combater o machismo e um sistema de dominação patriarcal (RODRIGUES; GADENZ, LA RUE, 2014, p. 4). Diante disso, o movimento feminista pode ser definido como um compromisso de pôr fim à dominação masculina, segundo Manuel Castells (2001, p. 210), citando Jane Mansbridge; posto que busca negar a identidade da mulher tal como posta pela perspectiva patriarcal.

A essência do feminismo é, portanto, a (re)definição da identidade da mulher, e este é o ponto que dá unidade à diversidade do feminismo, ou seja, justamente “o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo” (CASTELLS, 2001, p. 211). Dentre as conquistas mais impactantes, fruto de lutas históricas, cita-se o direito da mulher ao voto, a criação dos

métodos contraceptivos, as leis de proteção contra a violência da mulher (como a Lei Maria da Penha no Brasil), a licença maternidade e outros direitos trabalhistas.

Os horizontes da ação coletiva se transfiguram, dessa forma, na luta pela igualdade e pela liberdade (GOHN, 2013, p. 91). A pauta primordial de luta do movimento feminista atualmente é em relação às questões da sexualidade e da violência, contra tabus e machismos. Almeja-se a autodeterminação das mulheres “sobre seus próprios corpos, em relação ao exercício da sexualidade, da procriação, da contracepção, bem como a desvinculação da sexualidade com a função biológica da reprodução, exigindo o direito ao prazer sexual e à livre opção pela maternidade” (RODRIGUES; GADENZ; LA RUE, 2014, p. 8).

Importante destacar ainda que, atualmente, o movimento feminista volta uma preocupação especial em relação a algumas culturas, em que a mulher ainda é tida como inferior, como nos países islâmicos. Afinal, o feminismo nada mais é do que expressão pela defesa dos direitos humanos, que busca tanto libertar as mulheres de uma opressão milenar, quanto libertar os homens do mito de serem superiores; assim “o feminismo tornou-se a palavra (e o estandarte) comum contra todas as causas de opressão feminina e à qual cada mulher, ou categoria feminina, vincularia seus temas e reivindicações” (CASTELLS, 2010, p. 219).

Nesse sentido, o movimento feminista tem se aproximado de outros movimentos, relacionados a minorias, como negros, gays e indígenas. Maria da Glória Gohn (2013, p. 89) inclui o movimento das mulheres ao lado de movimentos como dos afro-brasileiros, dos indígenas, dos jovens e dos idosos, ao englobá-los na mesma categoria “movimentos identitários e culturais”, pois estes conferem aos membros uma identidade baseada em fatores biológicos, étnicos ou geracionais. Feitas essas considerações iniciais, a pesquisa se voltará, num segundo momento, a expor as contribuições que a internet trouxe para o movimento feminista, em especial, as que se refletem em conquistas como a maior visibilidade de sua causa e o fortalecimento de suas reivindicações.

A repercussão do movimento feminista sobre a sociedade é imensurável, posto que proporcionou/proporciona alterações significativas na base da sociedade e nos valores consolidados, levantando bandeiras como a liberdade sexual, o questionamento da família tradicional e dos papéis na sociedade, a afirmação da própria personalidade e a desconstrução de uma cultura predominantemente masculina. Isso decorre de uma ação em diversas frentes, como a participação em políticas sociais, multiplicação dos espaços de atuação das mulheres, além de, em especial, levarem

[...] à frente campanhas e lutas onde as demandas e reivindicações estão centradas nas mulheres propriamente ditas, tais como o câncer de seio e outras doenças que atingem o corpo da mulher, a violência física contra as mulheres, as discriminações no mundo do trabalho, simbólicas e reais, como a salarial, questões sobre o aborto e sexualidade em geral etc (GOHN, 2013, p. 90-97).

O movimento feminista expandiu-se também em decorrência da transformação da comunicação. Nos últimos anos a comunicação passou por uma transformação tecnológica e organizacional. A autocomunicação de massa é baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet. Nesse contexto, os movimentos sociais passam a se reconstruírem e usarem as plataformas e vantagens advindas da internet (CASTELLS, 2013, p. 158).

Desse modo, o feminismo não fica à mercê dessa nova interação tecnológica. Conforme já tratado, o feminismo surge como uma contracultura à cultura do machismo arraigada ainda na sociedade atual. Busca, assim, através da disseminação de seus ideais por meio das ferramentas da internet, a liberdade das mulheres em relação aos padrões estabelecidos pela sociedade e compreendidos como naturais. Contudo, estas novas interação e atuações permitidas pelas plataformas digitais como a internet podem trazer alguns prejuízos para o movimento, pois quanto mais visto e atuante, mais repressões estão aptos a sofrer. É o que já ocorreu com mobilizações, e são estas repressões que serão tratados no capítulo seguinte.

### **O impacto das formas de repressões *online* e *offline* ao movimento feministas: liberdade de expressão censurada?**

Com a internet, nesse sentido, o movimento feminista encontrou uma nova frente para sua ação, a qual se tornou o meio por excelência para potencializar as lutas da esfera pública. A internet fomentou a disseminação dos ideais feministas, em especial porque propicia as próprias feministas produzirem e divulgarem o conteúdo com facilidade e amplitude na rede. Esse protagonismo é possível por, dentre outras ferramentas, as redes sociais e os blogs, que hoje se consolidam como uma mídia alternativa a fazer frente ao machismo da mídia tradicional, exposto das novelas às propagandas comerciais. Devido às facilidades dos *blogs*, como a simplicidade no manuseio e na publicação e a velocidade na transmissão, com efeito, é permitido apontar com mais liberdade os erros da mídia tradicional (OLIVEIRA, 2013, p. 329).

Trata-se do que Manuel Castells (2013, p. 11) chama de autocomunicação, uma atual mudança fundamental no domínio da comunicação capaz de afetar diretamente a construção do significado e, portanto, a produção de relações de poder; além de possibilitar a construção de redes horizontais de comunicação interativa, eivadas de autonomia e liberdade. Essas redes de comunicação são fontes decisivas de construção de poder (CASTELLS, 2013, p. 12), principalmente porque são capazes de gerar mudanças sociológicas na esfera pública e, no que concerne ao movimento feminista, desestabilizar os ideais patriarcais enraizados.

Diante disso, é de suma importância analisar como vem ocorrendo as ações do movimento feminista na internet, porque a “internet tem, de diversas maneiras, reconfigurado a forma como os movimentos sociais se relacionam, tanto entre si quanto com a sociedade” (RODRIGUES; GADENZ, LA RUE, 2014, p. 3). O trabalho se voltará, portanto, a expor as conquistas do movimento feminista com a internet e as repercussões de suas ações na esfera pública. Afinal, é possível afirmar que, a par dessa inserção das pautas do movimento feminista na internet, é notório que o movimento apropriou-se das novas tecnologias para se expandir e se fortalecer, com expressivas repercussões na esfera pública. Como exemplo, podem ser citadas as iniciativas da Marcha Mundial das Mulheres e da Marcha das Vadias, que se utilizaram de *blogs* e das redes sociais para sua promoção e para potencializar o seu alcance, além de outras iniciativas com a utilização em massa de *hashtags* na rede social *Twitter* em muitas causas adotadas pelo movimento feminista (LANGNER; ZULIANI; MENDONÇA, 2015).

Porém, não se pode crer que a utilização de plataformas virtuais apenas trazem benefícios aos movimentos sociais, em especial o movimento feminista. A partir da cada vez mais frequente presença *online*, as mobilizações são também mais frequentemente suscetíveis a sofrerem repressões devido ao maior alcance que obtêm, mesmo diante da liberdade que a internet proporciona aos seus usuários, quaisquer que sejam. Muitas mobilizações mais ousadas e criativas, mas ainda assim legais, que dificilmente teriam espaço em veículos de comunicação tradicionais – e justamente em razão da liberdade e facilidade da internet – são colocadas *online* para que sejam vistas e compartilhadas, e por motivo de preconceito, de postura machista ou por qualquer outro, sofrem represálias e acabam sendo alvo de críticas, comentários desrespeitosos e até mesmo de censura (inclusive posteriormente pelos próprios provedores responsáveis pela publicação) em um ambiente que deveria ser de liberdade de expressão, de informação e de opinião.

Diante disso, percebe-se que, em que pese às inúmeras e inegáveis conquistas que a internet possibilitou ao movimento feminista, contribuindo, assim, em sua expansão e

fortalecimento, não se pode deixar de registrar as formas de tentativa de repressão a tal movimento. Paralelamente ao crescimento dos movimentos feministas através do uso das plataformas da internet tem-se, também, as formas de tentativa de censura ou repressão ao movimento, as quais ocorrem em duas formas: *online* e *offline*.

O movimento da Marcha Mundial das Mulheres, o qual desempenha forte papel na internet, trata-se de movimento feminista internacional que iniciou no ano de 2000 através da campanha contra a violência e a pobreza, a partir do chamado “2000 mil razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. As ações da Marcha iniciaram em 08 de março de 2000, dia internacional da mulher. A finalidade da referida marcha é construir uma perspectiva feminista em que se afirma o direito à autodeterminação das mulheres e a igualdade, como base na nova sociedade em que se pretende consolidar através de lutas (MARCHA, [201-]).

Com efeito, o movimento da Marcha Mundial das Mulheres, muito embora avalie o ativismo que a internet proporciona ao movimento como sendo de extrema valia para sua expansão e fortalecimento, também demonstra preocupações com a garantia da liberdade de expressão dos ativistas e simpatizantes ao movimento. Por isso, o movimento em questão entende que antes de se criminalizar condutas no ciberespaço é preciso a garantia de direitos relativos ao uso do espaço virtual (CUNHA, 2012).

Para tanto, o movimento da Marcha Mundial das Mulheres entende que é necessário um provedor que não retire os *sites* feministas do ar sem autorização judicial, assim como não restrinja a velocidade e o tráfego de conteúdos na rede, da mesma forma que é imprescindível que a privacidade dos usuários seja preservada, garantindo uma liberdade *online* sem risco de as militantes serem localizadas e repreendidas judicial ou socialmente (CUNHA, 2012). Este receio manifestado no *site* oficial da Marcha Mundial das Mulheres no que tange à repressão social das militantes não se trata de mera conjectura, mas sim de exemplo concreto, demonstrando, portanto, que não se apresenta tão incomum a sua ocorrência. Exemplifica-se tal receio com um fato concreto que ocorreu com as manifestantes da Marcha das Vadias em um movimento realizado em São Paulo.

O movimento da Marcha das Vadias foi criado em 2011, em Toronto, no Canadá, em resposta ao comentário de um policial que disse que para se evitar estupros, as mulheres deveriam parar de se vestir como *sluts*, traduzido para “vadias”, em português. A partir de então, as mulheres foram às ruas protestar contra o discurso que fazia das vítimas as próprias culpadas pela violência sexual sofrida e também contra qualquer forma de violência contra as

mulheres. Na sequência, a marcha se expandiu para diversas cidades de diversos países (SOBRE, [201-]).

A rede social do *Facebook* acabou censurando algumas fotos publicadas pelas militantes do movimento da Marcha das Vadias que mostravam os seus seios na manifestação nas ruas de São Paulo, como forma de provocação de que as mulheres não devem ser vistas somente como objeto de desejo. As usuárias do *Facebook*, ativistas da Marcha das Vadias que foram identificadas através das fotos de seios à mostra, tiveram seus perfis suspensos (KUBIK, 2012). Assim, no caso exposto, a Marcha das Vadias utilizou-se de uma atuação *offline*, qual seja, passeata ocorrida em São Paulo, por meio do qual disponibilizaram informações e registros do movimento de forma *online*, por meio do *Facebook*. A repressão tratada ocorreu de forma *online*, ou seja, com a suspensão dos perfis das participantes que publicaram suas fotos com seios à mostra no *Facebook*. Logo, a não repressão às manifestantes dos movimentos e o resguardo da liberdade de expressão mostram-se como pedras de toque para a ampliação e adesão aos movimentos feministas que utilizam estratégias *online*.

Outro exemplo que merece destaque, diferente do acima exposto, em que o próprio *Facebook* “censurou” fotos e contas da rede social de militantes feministas, as plataformas *online* também podem ser utilizadas por pessoas antifeministas para perseguir as feministas, como forma de repressão. O caso em exemplo trata-se do grupo “Mulheres Coletivo Geni” que denunciou casos de estupro ocorridos na faculdade de medicina da Universidade de São Paulo (USP), cujas participantes foram perseguidas por alunos e ex-alunos. No caso, as denunciantes viram postagens no *Facebook* que evidenciaram a perseguição. Nas postagens, as denunciantes são chamadas de “prostitutas” e são incentivadas a serem banidas da faculdade (OLIVEIRA, 2014).

Portanto, da mesma forma em que as ferramentas *onlines* podem ser utilizadas para disseminação das ideias feministas, para agendamento e organização do movimento, assim como para receber mais adeptos, também podem ser utilizadas como mecanismo para ostilizar as ativistas. Por isso, a preocupação acima exposta pela Marcha Mundial das Mulheres quanto à privacidade das manifestantes e a garantia da sua liberdade de expressão e, para além de expressar-se, também formalizar notícia de crimes, como o exposto no caso da USP, são fatores que merecem atenção. No caso exposto, não se tem como restringir o uso e acesso à rede, portanto, a medida cabível seria a investigação dos envolvidos na perseguição declarada e a punição dos autores, providências estas que, ao que tudo indica, já foram tomadas pela USP.



É possível citar outro fato ocorrido que igualmente se configura como uma repressão ao movimento feminista: em abril de 2015, também o *Facebook* tirou do ar a página de um grupo intitulado “Feministas Negras Radicais”, criado em 2011 e que era dedicado a discussões sobre as opressões de raça e de gênero das mulheres negras. O grupo estava com mais de dois mil membros quando foi censurado pela rede social, e eram compartilhadas informações e documentos sobre vários assuntos dentro da temática, segundo dados dos próprios criadores da página, os quais, por conta da repressão, emitiu nota de repúdio ao Facebook (NOTA, 2015). A justificativa dada para a retirada do ar da página baseou-se na alegação de que não respeitava as regras de uso da rede social.

Um exemplo de forma considerada de repressão ao movimento feminista, mas agora ocorrida de forma *offline*, trata-se da participação do coletivo boliviano de arte *Mujeres Creando*, organização feminista autônoma em torno do aborto, que participou do 31ª Bienal de Arte de São Paulo através de uma instalação do chamado “Espaço para abortar”, sob o *slogan* “Nem boca fechada, nem útero aberto”. Este espaço contou com seis úteros, uma virilha central e duas telas de televisão, em que são passados áudios e vídeos com relatos das mulheres que realizaram aborto no Brasil (BLOGUEIRAS, 2014).

No entanto, este espaço foi considerado inadequado para menores de 18 anos, público este que as feministas buscam atingir, sendo exigido por uma comissão de avaliação um pedestal indicando a idade mínima de 18 anos. Portanto, as feministas consideraram tal exigência um ato de censura ao movimento. Por isso, como reação, o *blog* “Bloqueiras feministas” divulgou este caso e solicitou a colaboração das leitoras para que enviassem cartas de protesto ao *e-mail* especificado solicitando a remoção da placa que proíbe menores de 18 anos a visitarem o trabalho do grupo (BLOGUEIRAS, 2014).

Outro exemplo recente, também de repressão *offline* do movimento, é a prisão de cinco ativistas feministas chinesas que foram detidas quando preparavam uma campanha contra o assédio sexual nos transportes públicos em março de 2015. Elas, que ficaram conhecidas como as “Cinco Feministas”, mandaram uma carta a Ban Ki-moon, secretário-geral das Nações Unidas, em julho sobre a sua situação, e novamente dirigiram outra carta em setembro do mesmo ano a Ban lembrando sobre a repressão que as mulheres sofrem no país, pedindo para que o seu caso e o de outras mulheres sejam revistos, e afirmando também que confiavam a apostavam nas decisões tomadas pelo encontro mundial sobre mulheres liderado pelo secretário-geral, pelo presidente da China e pela diretora executiva da ONU Mulheres um pouco antes da realização da Assembleia Geral da ONU (FEMINISTAS, 2015). Também,

a advogada das feministas, Wang Yu, foi detida dentro da campanha contra letrados da China que se dedicam a casos de direitos humanos.

No entanto, cumpre fazer menção que, embora se tenha exemplos concretos de tentativas de repressão à liberdade de expressão dos movimentos feministas, o balanço final, ao que tudo indica, parece ser positivo quanto à apropriação da internet pelos movimentos em questão. De acordo com pesquisa realizada pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - USP, a qual divulgou estudo sobre como os movimentos feministas encontram apoio nas redes *online*, os resultados foram positivos. Como resultados foram constatados que o uso das tecnologias de informação e comunicação permite às lutas feministas um aumento no alcance dos seus conteúdos, além de estreitar laços de solidariedade entre os distintos grupos feministas no globo, o que permite a ampliação das lutas e debates (MAGALHÃES, 2013).

O resultado principal trata-se da possibilidade de criar diferentes dinâmicas de construções simbólicas nas comunicações digitais. Além disso, a comunicação à distância torna possível a mudança da mentalidade dos usuários da internet e, como consequência, tem-se o avanço das lutas feministas. Agrega-se a tudo isso, a possibilidade de multiplicação de comunicação dos temas referentes ao feminismo devido ao uso das TICs, através de um relacionamento horizontal entre distintas gerações, potencializando ações comunicativas. E, ainda, destaca-se o estreitamento de laços de solidariedade entre os ativistas e simpatizantes do movimento feminista (MAGALHÃES, 2013).

Cumpre ainda fazer menção que os movimentos ora tratados podem ser classificados como ativismo de organização e mobilização *online* com fins *offline* quando eles se utilizam da internet para marcar e mobilizar pessoas para aderirem a uma determinada ação *offline*, como por exemplo, uma passeata (LIMA, [s.d.]). Portanto, da análise dos movimentos feministas citados neste trabalho, constata-se que eles se utilizam de uma mescla de ações *online* e *offline*.

Desta forma, os movimentos feministas vão às ruas realizarem passeatas e concentrações, mas também se utilizam de ações *online* quando disseminam mensagem pelo *Twitter* ou solicitam assinatura de petição *online* ou o envio de *e-mails* em prol de uma causa. Além disso, o ambiente virtual é uma forma de buscar disseminação de seus pensamentos e ideais, de buscar novos participantes, novos simpatizantes e adeptos das causas, ou seja, de ser visível, disseminar seus objetivos e valores e de possibilitar conquistar o poder de transformação da sociedade atual.

Mas não só isso. A internet possibilita o agendamento do movimento, a organização virtual antes de irem às ruas, a troca de informações e o acesso à informação sexista, a fim de possibilitar a contra resposta. Todas essas ações - e as outras já mencionadas - demonstram que os movimentos feministas tratados neste trabalho são híbridos ao utilizarem de ações *online* e *offline*, em busca de seus ideais. Logo, ao que se verifica, as ferramentas disponíveis pela internet trouxe situações positivas e negativas, mas conforme estudo realizado na USP, as vantagens aos movimentos sociais feminista parece preponderar.

### **Considerações finais**

O advento de novas tecnologias de informação e comunicação, em especial a internet, impactou definitivamente o modo de atuação e mobilização dos movimentos sociais, proporcionando a eles outros meios – mais baratos, mais rápidos e com maior alcance – para divulgar o seu trabalho, fazendo com que mais pessoas se engajem em suas lutas, trazendo, conseqüentemente, mais resultados para suas ações. Esta novidade positiva não fez diferente com o movimento feminista, já reconhecido e forte em todo o mundo antes da popularização da internet, mas que, graças às plataformas virtuais, conseguiu expandir o seu trabalho a colecionar mais conquistas para as mulheres.

Ao mesmo tempo em que se percebem muitos benefícios para o movimento feminista por meio do uso da internet, a sua maior exposição e maior presença também fez com que suas ações – e também suas ativistas – fossem alvo frequente de ofensas, discriminações e também de censura no ambiente *online* e *offline*. Ao longo do estudo foram trazidos alguns exemplos que demonstram que as mobilizações feministas ainda sofrem represálias, como a retirada de fotos de manifestantes com os seios expostos na Marcha das Vadias na cidade de São Paulo pela rede social *Facebook* (inclusive com a suspensão de perfis de algumas mulheres), e a retirada do canal da TVE do vídeo do grupo “Putinhas Aborteiras”, por ter sido considerado por alguns políticos como ofensivo, juntamente com a demissão dos funcionários responsáveis por divulgar o vídeo no *site* de vídeos.

Portanto, o que ainda se vê, mesmo após a consagração do direito à liberdade de expressão como um direito humano e fundamental, tendo as novas TICs, principalmente a internet, permitido o exercício deste direito de uma forma como nunca antes vista, é que as minorias como as feministas ainda vem sofrendo represálias e censura inclusive dentro do ambiente virtual, por provedores, *sites* e redes sociais que deveriam contribuir para tornar o público informado e capaz de ter acesso aos mais variados gêneros de informações,

contribuindo para que o próprio sujeito seja capaz fazer as suas escolhas com base naquilo que lhe é oferecido.

Contudo, tendo em vista o objetivo maior do movimento feminista de valorizar as mulheres e contribuir para a conquista de cada vez mais direitos que lhe são inerentes, não se pode tolerar este tipo de censura, que apenas é gerada pela manutenção de posturas machistas e discriminatórias contra a mulher. Felizmente, por outro lado, as atitudes de repressão às mobilizações feministas ainda são minorias e ainda constituem uma pequena parcela negativa de todo o mar de oportunidades que as novas tecnologias oferecem a este e a outros movimentos sociais que lutam por um mundo mais justo.

## Referências

BANDA Putinhas Aborteiras recebe notificação do Partido Progressista. *Portal Fórum*. 17 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/05/putinhas-aborteiras-recebem-notificacao-partido-progressista/>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. 21 out. 2014. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.tumblr.com/page/2>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Cultural. *Revista Geminis*, ano 3, n. 1, p.71-96. Disponível em: <<http://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/99>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

CUNHA, Clareana. *Feminismo 2.0: a contribuição do ciberativismo para o movimento de mulheres e a importância do Marco Civil da Internet*. 19 de nov. 2012. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2012/11/19/feminismo-2-0-a-contribuicao-do-ciberativismo-para-o-movimento-de-mulheres-e-a-importancia-do-marco-civil-da-internet/>> Acesso em: 02 abr. 2016.

GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI – antigos e novos atores sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais e redes de mobilização cívica no Brasil contemporâneo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FEMINISTAS lembram à ONU repressão sofrida pela Mulheres na China. *Notícias Terra*, 27 set. 2015. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/asia/feministas-lembram-a-onu-repressao-sofrida-pelas-mulheres-na-china,482c81ad9e85a02eb87a9d581ba258f7jdwat347.html>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

MANO, Maira Kubik. Após Marcha das Vadias, Facebook censura perfil de usuárias brasileiras. *Viva Mulher*, 29 maio 2012. Disponível em:

<[http://viva.mulher.blog.uol.com.br/arch2012-05-16\\_2012-05-31.html/](http://viva.mulher.blog.uol.com.br/arch2012-05-16_2012-05-31.html/)>. Acesso em: 02 abr. 2016.

LANGER, Ariane; ZULIANI, Cibeli; MENDONÇA, Fernanda. O movimento feminista e o ativismo digital: conquistas e expansão decorrentes do uso das plataformas *online*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: Mídias e Direitos da Sociedade em Rede, 3., 2015, Santa Maria/RS. *Anais...* Disponível em: <<http://www.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/3-12.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

LIMA, Gabriela Bezerra. Tipos de Ativismo Digital e Ativismo Preguiçoso no Mapa Cultural. *Revista Geminis*, ano 3, n. 1, p.71-96. Disponível em: <<http://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/99>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

MADERS, Angelita Maria; ANGELIN, Rosângela. Os movimentos feministas e de mulheres e o combate aos conflitos de gênero no Brasil. *Revista Prisma Jurídico*, vol. 11, n. 1, jan.-jul. 2012, p. 13-31. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/934/93426128002.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

MAGALHÃES, Rúvila. *Estudo analisa como divulgação de temas do feminismo encontra apoio em redes online*. 15 de ago. 2013. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www5.usp.br/31237/divulgacao-de-temas-do-feminismo-encontra-apoio-em-redes-online/>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

NAS RUAS: O que é a marcha mundial das mulheres? *Marcha Mundial das Mulheres: Feminismo 2.0 até que todas sejamos livres*. [S.l], [201-]. Disponível em: <<http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/nas-ruas/>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

NOTA de repúdio à censura do Facebook ao grupo Feministas Negras Radicais. *Blog Banho de Assento*, 22 abr. 2015. Disponível em: <<https://banhodeassento.wordpress.com/2015/04/22/nota-de-repudio-a-censura-do-facebook/>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

OLIVEIRA, Monique. *Feministas dizem sobre perseguição após denunciarem estupros na USP*. 15 de nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1553332-feministas-dizem-sofrer-perseguido-apos-denunciar-estupros-na-usp.shtml>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SILVA, Susana Veleza da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales – Biblio 3W*. Universidade de Barcelona, n. 262. 15 nov. 2000.

SOBRE. *Sobre a marcha das vadias DF*. [201-]. Disponível em: <<http://marchadasvadiasdf.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

Texto recebido em: 13/11/2016.

Texto aprovado em 10/05/2017.